

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**MARIA DA SILVA SUZART**

**JARDIM ÂNGELA: DO LUGAR MAIS VIOLENTO DO MUNDO À  
UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL**

**SÃO PAULO, JANEIRO DE 2012**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**

**MARIA DA SILVA SUZART**

**JARDIM ÂNGELA: DO LUGAR MAIS VIOLENTO DO MUNDO A  
UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO SOCIAL**

- **Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para a obtenção do título de Especialista em História, Sociedade e Cultura da PUC-SP, sob orientação da Profª Drª Fabiana Scoleso.**

**SÃO PAULO, JANEIRO DE 2012**





**...O som das crianças  
Brincando nas ruas,  
Como se fosse um quintal;  
A cerveja gelada na esquina,  
Como se espantasse o mal...  
(O Rappa, 2000)**

# SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>4</b>
<b>Capítulo 1- SÃO PAULO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EXCLUSÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo2- NOVOS OLHARES PARA VELHOS PROBLEMAS.....</b>	<b>18</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>28</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>30</b>
<b>Bibliografia .....</b>	<b>31</b>

# I - INTRODUÇÃO

Podemos considerar a década de 1990 como um período em que uma nova complexidade social surgiu e adquiriu novos graus de desenvolvimento.

As mudanças no cenário político nacional e principalmente aquelas que reestruturaram as bases econômicas do país produziram efeitos sociais bastante díspares. Por um lado o Brasil foi incluído nos negócios internacionais após ter introduzido a cartilha reestruturativa de sua economia definida pelo Consenso de Washington; por outro a exclusão e a miséria social as quais a população foi exposta tornava-se cada vez mais latente diante da falta de oportunidades educacionais e de emprego. Segundo Pedro Javier Aguerre Hughes:

A rigor, os processos de segregação socioespacial na cidade estão estreitamente relacionados com a precarização do mercado de trabalho e o desemprego, que afetam mais que proporcionalmente as camadas mais pobres, menos escolarizadas e que tiveram menos meios de resistir àquilo que se pode denominar de diáspora da classe trabalhadora. Este processo, associado à dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e aos sentidos do investimento do capital imobiliário, incide sobre as condições e opções de moradia da população, o que, desde os anos 80, leva à expansão demográfica crescente das periferias em contraposição com o esvaziamento populacional nas áreas centrais (bem servidas por infraestrutura) e à redistribuição das camadas mais ricas da população para novas fronteiras de ocupação delineadas pelos sentidos do investimento do mercado imobiliário (especialmente o quadrante sudoeste) (HUGHES, 2003).

Embora o Brasil estivesse alcançando a tão necessária e desejosa inserção internacional da economia os problemas históricos brasileiros continuavam a conservar seus graus de miserabilidade social.

O Brasil se modernizava, mas conservava seus traços de miséria, exclusão e abandono. Exemplo disso é a região do Jardim Ângela considerada pela ONU (Organização das Nações Unidas) a região mais violenta do mundo nos anos 1990. Atualmente o Jardim Ângela não figura mais na lista da Organização.

As principais vítimas deste processo foram os jovens. A marginalização do Jardim Ângela, as dificuldades de locomoção, a exclusão social de seus moradores e os péssimos resultados do sistema educacional na região impediam cada vez mais que o jovem se aproximasse do primeiro emprego. As portas fechadas do Estado foram as portas abertas da violência. Os índices de mortalidade entre os jovens aumentavam indiscriminadamente demonstrando que onde há negligência do Estado há uma oportunidade para a violência em todos os níveis. Ainda de acordo com Hughes,

O desemprego dos mais jovens transformou-se num grave problema social, nos últimos anos, devido à onda jovem, que designa o grande aumento da natalidade no início dos anos 80, gerando, na virada do século, a maior participação relativa de jovens de 14 a 24 anos da história da cidade. Assim, essa geração sentiu muito fortemente o impacto da insuficiência dos serviços públicos – saúde, educação e lazer – e a precarização do mercado de trabalho, durante a década de 90. A pressão exercida na demanda por serviços sociais é acrescida, dada a idade desses jovens, de uma pressão por alternativas de educação de nível médio e superior (especialmente gratuitos) e oportunidades de emprego, que são as duas alternativas imediatas à vulnerabilidade da desocupação e da vivência cotidiana de uma marginalização imposta socialmente. (HUGHES, 2003).

O movimento de revalorização da área foi obra de diversas ONG's que se projetaram na região. Fruto da negligência e do descaso o Jardim Ângela passou a ter a atuação da igreja e do terceiro setor que se organizaram para dar à região uma oportunidade de sair das páginas tristes dos jornais para

demonstrar sua capacidade de superação, organização e de produzir resultados positivos para aquela população marginalizada.

O Fórum em Defesa da Vida passou a ser a expressão de organização e de projetos sociais ligados à área da capacitação, reciclagem, educação, geração de emprego e renda, atividades extracurriculares. Cerca de 200 entidades fazem parte do Fórum e todos os projetos sociais têm profundo envolvimento da comunidade. O Padre Jaime Crowe talvez seja a maior expressão deste movimento. Padre Jaime incansável lutador foi o ganhador do Prêmio Direitos Humanos 2008, promovido pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) na categoria: Enfrentamento a violência.

O crescimento dos índices de violência nas grandes cidades nas últimas décadas resultantes do impacto das políticas neoliberais em países latino-americanos resultou no aumento dos processos estruturais de exclusão social.

O mapa da exclusão social aponta como principais causas destes processos o desemprego, a ausência de possibilidades e oportunidades geradas aos jovens, pela discriminação resultante de modelos políticos elitistas e formas de governo que ainda se assemelham às ditaduras civis e não propriamente democracia, o não acesso universal à educação e a linguagem digital e a ausência de incentivo às expressões culturais populares.

Segundo Tavares dos Santos, a violência pode ser entendida como um ato de excesso de poder presente nas relações sociais de produção social.

“Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso presente nas relações de poder – tanto nas estratégias de dominação do poder soberano quanto nas redes de micro poder entre os grupos sociais-caracteriza a violência social contemporânea”.(Tavares dos Santos, 2002)

No Brasil, as mortes por causas externas afetavam desproporcionalmente os jovens na faixa etária de 15 a 24 anos, tendo sido responsáveis por 71% das mortes de homens e 34% das mortes de mulheres, nessa faixa etária (ESCOSSIA, 2003).

Segundo dados do Mapa da Violência IV, de 1993 à 2002, na população geral, o crescimento foi de 62,3%, índice mais de quatro vezes maior que o aumento da população no mesmo período.

Apesar de em muitas pesquisas, as informações sobre homicídios serem as únicas que se mostraram disponíveis, para análise desagregada por espaços menores, visto que os dados sobre homicídios contém apenas parte da dimensão da violência urbana e do desrespeito aos direitos humanos, segundo o Mapa de Risco da Violência da Cidade de São Paulo, seu caráter trágico e epidêmico permite que a representação da sua distribuição desigual no espaço urbano ofereça pistas para, talvez, a distribuição desigual de todas as outras dimensões da violência e do desrespeito aos direitos humanos.

A taxa de homicídios de afro descendentes era de 68,4 mortos por 100 mil, 74% maior do que a média de brancos da mesma idade, de 39,3%.

O Brasil era o campeão mundial absoluto em número de homicídios, com uma pessoa morta a cada 12 minutos, ou um total de 45 mil por ano. Com 3% da população o mundial, o Brasil respondia na época por 13% dos assassinatos. Em 20 anos, a taxa de homicídios cresceu 230% em São Paulo e no Rio de Janeiro (LOPES, 2003).

Em São Paulo, a questão da violência, vinha enfatizando a elevada incidência de homicídios nas áreas periféricas da cidade.

Em 1996, o Jd. Ângela, zona sul se São Paulo, com uma população de cerca de 300.000 habitantes, foi considerado o lugar mais perigoso do mundo segundo relatório da Organização das Nações Unidas Para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com uma média de 116 óbitos por 100mil habitantes, de acordo com o São Paulo Segurança Pública departamento (SSP-SP).

A região foi um dos locais onde se estabeleceu a mão-de-obra barata para as fábricas das imediações da marginal do rio Pinheiros, com a saída desses empreendimentos da área, o número de desempregados cresceu muito. Com isso, no início da década de 80, surgiu uma onda inicial de violência, marcada pelos confrontos entre a polícia e a população desocupada. Desde então, a escalada de crimes, majoritariamente assassinatos, só piorou, especialmente após o fortalecimento do tráfico de drogas, sendo que a repercussão internacional chegou antes mesmo dos recordes de violência.

As lideranças locais registravam 217 casos de homicídios ocorridos em alguns bairros dos distritos de Capão Redondo, Campo Limpo, Jardim Ângela e Jardim São Luís.

O sentimento era de medo, insegurança e impotência por parte da população e sua descrença na ação eficaz da polícia e da justiça.

Deparar-se com corpos estendidos pelas ruas da periferia era algo tão corriqueiro, que podia-se ver crianças ao redor descobrindo os rostos dos mesmos buscando identifica-los.

A sociedade civil organizada resolve dar uma resposta a esta situação, é a partir dessa época que a comunidade resolveu se mobilizar para combater esse quadro, e começam a reunir-se representantes do comércio, escolas, as igrejas e outros setores, e criam o Fórum em Defesa da Vida, uma rede de organizações que se unem de forma espontânea para a superação da violência.

Sua missão é ser um interlocutor com os poderes públicos constituídos, encaminhando sugestões e cobrando políticas capazes de promover a realização dos direitos da população garantidos por lei. Por meio da participação da comunidade, lideranças comunitárias e organizações sociais, tem o objetivo de fazer a inserção em políticas públicas para melhoria da qualidade de vida principalmente da região de M Boi Mirim e Campo Limpo.

Com a ajuda de igrejas e ONGs, a comunidade desenvolveu diversos projetos voltados ao atendimento a crianças e jovens, através do esporte do lazer e da cultura além da capacitação profissional.

Também foram criados projetos voltados à defesa dos direitos da criança e do adolescente, e ao atendimento à mulher vítima de violência doméstica.

A união de esforços de diferentes setores da comunidade resultou em um diagnóstico das causas da violência. A partir desse levantamento, constatou-se que cerca de 80% dos crimes estava relacionado, direta ou indiretamente, às drogas. Com isso, foi implantada na região, em parceria com a Escola Paulista de Medicina da Universidade Federal de São Paulo, uma Unidade Comunitária de Álcool e Drogas (UCAD) para auxiliar no tratamento e prevenção de dependência química. A ação foi fundamental, já que uma pesquisa realizada em 1999 apontou que existia um bar para cada dez moradores do Jardim Ângela.

Em 1998, as comunidades, igrejas e associação de moradores de vários bairros do distrito de Capão Redondo uniram-se formando um movimento alternativo, o Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares, que organizou um abaixo-assinado com cerca de 2000 assinaturas, e elaboraram também um dossiê que indicava a ausência de equipamentos públicos para atendimento de crianças e adolescentes.

Todo este trabalho resultou em uma Ação Civil Pública que levou a construção de um equipamento na região.

A política pública implantada na região que congrega os bairros de Capão Redondo, Jardim Ângela e Parque Santo Antônio foi uma iniciativa de órgãos públicos que passaram a agir articulados com a sociedade para superar as dificuldades específicas desta região.

A experiência da Operação Bares, implantada em agosto de 2004 na zona sul da cidade de São Paulo, demonstrando a tendência das iniciativas de buscar alternativas de transpor as barreiras que dificultavam a eficácia das políticas públicas de segurança.

Este projeto consistiu em um acordo voluntário estabelecido com os donos de bares da região para que estes fechassem seus estabelecimentos às 22horas.

Em 1998, a primeira base de policiamento comunitário do Estado era instalada no Jardim Ângela, a mudança de raciocínio por parte do policiamento do Jardim Ângela também foi parte ativa do basta que o distrito deu à violência, segundo a maioria dos movimentos sociais.

De acordo com o tenente Cássio Novaes, do Batalhão da Polícia Militar responsável pela área, no início da década de 90, havia apenas 8 viaturas e cerca de 135 policiais para uma população de mais de 200 mil pessoas. Em 2005, o quadro mudou bastante: eram 710 agentes, 62 viaturas e mais 12 motos.

Mas apenas o maior volume de investimentos em segurança na área não era suficiente para explicar a melhora. Isso porque o aumento do orçamento para essa rubrica foi uma constante em todo o estado. Segundo o Mapa da Violência de São Paulo da UNESCO, entre 1998 e 2004, o incremento das verbas destinadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública foi de 150%.

Há 16 anos, no dia de Finados, a população local se organiza em uma caminhada em direção ao Cemitério do São Luiz, como forma de lembrar a enorme quantidade de jovens mortos em razão dos altos índices de violência de nossa cidade, em especial, no Jardim Ângela e adjacências. A manifestação já chegou a reunir mais de cinco mil pessoas contra a violência e negligência do Estado em relação aos problemas da região.

Na ausência de grandes investimentos públicos, ONGs, igrejas e moradores tiveram papel fundamental para a queda dos assassinatos registrada na região.

A mobilização do Jardim Ângela é um dos fatores que, entre tantos, ajudam a explicar por que o número de assassinatos não para de cair em São Paulo, a ponto de ter merecido, em junho de 2006, o reconhecimento da UNESCO.

## **CAPÍTULO I: SÃO PAULO, PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E EXCLUSÃO**

No final do século XIX, iniciava-se na cidade de São Paulo, a era dos empreendimentos que transformavam a terra urbana em uma mercadoria propriamente capitalista. (Cymbalista-2008)

Surgem loteamentos em Higienópolis, e na Avenida Paulista. Tal padrão se consolidou no século XX, surgindo bairros como jardim América, Pacaembu, Sumaré, City Pinheiros, City Lapa e City Butantã entre outros.

Estes loteamentos acolheram a elite da cidade, e consolidaram no imaginário da população a ideia do que seria o bairro bom constituído de um plano urbanístico, arruamento, infraestrutura (água, Luz e gás), calçamento, construção de espaços públicos, vendas de lotes e a edificação privada, quase sempre residências unifamiliares.

Esse tipo de urbanização perpassou todo o século XX como uma das maneiras de crescimento da cidade, principalmente no cone sudoeste, aonde se vê acomodando as classes alta e média alta da cidade.

No entanto, a maior parte da população de São Paulo nunca teve possibilidade de ocupar cidade dessa forma.

Foi também no século XX quando surgiram mudanças na forma como os pobres se instalaram na cidade.

O crescimento populacional desenfreado, o aumento brutal do preço da terra, a transformação dos grandes grupos da população de inquilina em proprietária, e a transformação do padrão de transporte dos trens e bondes que produziram uma cidade densa e compacta, rumo aos automóveis (para ricos), ônibus ( para os pobres) e caminhões( para cargas), acabaram mudando a forma de organização dos bairros populares, dos superdensos bairros operários das primeiras décadas do século (Brás, Bom Retiro, Barra Funda, Belém), em uma ocupação muito mais espalhada, apresentando diversos graus de densidades e infraestrutura, mas com uma característica em comum: a primeira coisa que chegava eram as pessoas. Surgiam as periferias da maior cidade do país.

A partir da década de 50 aumenta de intensidade e adquire características que distinguem as novas periferias das antigas fimbrias urbanas.

A partir desta época, ocorre a maciça substituição dos trabalhadores estrangeiros por migrantes nacionais fazendo surgir a necessidade da criação de uma solução para o problema de moradia para os trabalhadores, antes sanado pelas vilas operárias, da locação de cômodos ou de casas.

A partir da Segunda Guerra Mundial, entretanto, que presenciou o congelamento dos aluguéis e a emergência de uma legislação que protegia o inquilino, esse tipo de investimento deixou de ser lucrativo. Abriu-se, então, um novo negócio, a venda a prestações de terrenos de baixo valor imobiliário, isto é, aqueles distantes ou localizados em áreas particularmente insalubres ou de topografia desfavorável, de difícil acesso, sem serviços públicos e, frequentemente, sem documentação legal.

Vendeu-se, junto com os lotes, o sonho da casa própria, que passou a ser aspiração generalizada das classes populares. Seu resultado é claramente visível: bairros de ruas irregulares, sem calçamento nem iluminação, desprovidos de redes de água e esgoto, sem escolas e postos de saúde, com transporte difícil e caro. As casas construídas aos poucos pelos próprios moradores parecem sempre inacabadas.

A morfologia urbana da região do Jardim Ângela é a expressão do processo de formação das periferias desiguais, resultante de políticas deliberadas de segregação espacial e da histórica inexistência do planejamento urbano em áreas excluídas da cidade formal e do mercado.

As intervenções urbanizadoras pioneiras na região se deram, no início do século passado, essencialmente pautadas pelos interesses específicos do setor privado, mesmo que de empresas concessionárias de serviços públicos.

Em um processo já tradicional nas cidades brasileiras, a ação do Estado muitas vezes se subordinou a essas iniciativas, levando a posteriori o investimento público a responder por uma demanda criada pela iniciativa privada, sem que tenha havido propriamente uma ação planejada, no sentido da preservação do interesse público (Bueno, 1994). Assim, em 1906, a São Paulo Tramway, Light & Power Co inicia o represamento do Rio Guarapiranga,

visando regularizar a vazão do Rio Tietê, garantindo a alimentação das turbinas para geração de energia na Usina de Santana do Parnaíba.

A região da Vila de Santo Amaro recebia nessa época linhas de bonde, instaladas também pela Light, que passava a explorar a região. O desenvolvimento da vila e a crescente procura por chácaras na região da represa, para produção agrícola e para fins recreativos, foram de certa forma definidos pela ação da empresa, que envolvia desde a construção do reservatório até a exploração imobiliária, passando pela instalação e operação das linhas de bonde.

A partir de 1929 a água da represa passa a ser explorada pela Repartição de Água e Esgotos, como parte do Sistema de Abastecimento Guarapiranga. Entretanto, a represa tendo sido inicialmente prevista para controle da vazão do rio e geração de energia, e não como reservatório de água potável, as terras das bacias de contribuição do reservatório não haviam sido previamente desapropriadas, o que se revelaria extremamente trágico para a futura proteção aos mananciais.

Neste momento entrava em funcionamento o “Projeto da Serra”, em que outro reservatório (Billings) foi criado para gerar energia em Cubatão. A Represa Guarapiranga passa a integrar o sistema, “deixando de ser um reservatório regulador da vazão do Tietê” (França, 2000:46). O projeto da Light, além de criar a nova represa, iria mudar radicalmente a paisagem da cidade, ao retificar e reverter as águas do Rio Pinheiros.

Nesse período em que as margens da represa eram esparsamente ocupadas por chácaras, as ligações de Santo Amaro com Itapecerica da Serra e Embu eram feitas por dois antigos caminhos rurais, Itapecerica e M’Boi Mirim, que se tornariam os vetores principais de urbanização da região de Campo Limpo, Capão Redondo e Jardim Ângela. Data do início do século XVII o aldeamento de M’Boi, depois anexado à Vila de Santo Amaro (França, 2000).

Com a crescente ocupação da região, que teria forte incentivo com a política de apoio ao transporte rodoviário e consequente aumento da especulação imobiliária, a região de Santo Amaro passa a ter um crescimento de loteamentos de alto padrão, em áreas antes ocupadas por chácaras e fazendas, sobretudo na área de Interlagos. Paralelamente, a explosão

demográfica da capital, por outro lado, jogaria grandes contingentes de trabalhadores para as franjas de sua ocupação territorial.

Dessa forma, a região passa a conviver com uma ocupação cada vez mais intensa, em que se misturam loteamentos de alto padrão com o *laissez-faire* de loteamentos de trabalhadores, numa ausência clara de qualquer planejamento urbano, em que se evidencia a carência da infraestrutura básica numa região ambientalmente sensível. O desastre que viria a acontecer era então inevitável.

Posteriormente, na década de 60, a construção das vias marginais viria consolidar a ocupação da Zona Sul da capital. Elas permitiram a consolidação do parque industrial de Santo Amaro e um afluxo cada vez maior de moradores para a região da Guarapiranga. Nesse período a Estrada M'Boi Mirim, antes via de ligação entre Santo Amaro a municípios vizinhos, passa a ser adensada e a servir de acesso a uma série de loteamentos.

Em 1975 a Lei de Proteção aos Mananciais estabelece critérios rígidos para a ocupação das áreas de contribuição do reservatório por loteamentos. A criação da lei não foi acompanhada de fiscalização e o resultado é o aparecimento de grande número de loteamentos clandestinos. A ilegalidade a que são submetidos os moradores dessas áreas desde então se soma à precariedade da infraestrutura urbana na consolidação de uma periferia extremamente excluída, em que a ausência do poder público se faz notar, desde a configuração viária à falta de equipamentos públicos, passando pela aceitação do descumprimento da legislação vigente.

A configuração urbana da região que cerca a Estrada M'Boi Mirim é uma amostra típica de falta de planejamento para regiões periféricas da capital. O agravamento que a região teve desde a década de 70 não foi acompanhado de uma política eficaz de transporte. Simplesmente foi-se deixando adensar as margens da via, que passou a ser o eixo de “espinha de peixe” de grandes proporções, em que um grande número de loteamentos surge sem conexão entre eles, todos ligados somente à M'Boi Mirim. Essa configuração domina a paisagem atual da região, em que a falta de conexão viária entre os bairros sobrecarregam a M'Boi Mirim.

A falta de uma estrutura urbana minimamente planejada e a ocupação desordenada por favelas entre os loteamentos clandestinos, muitas vezes em

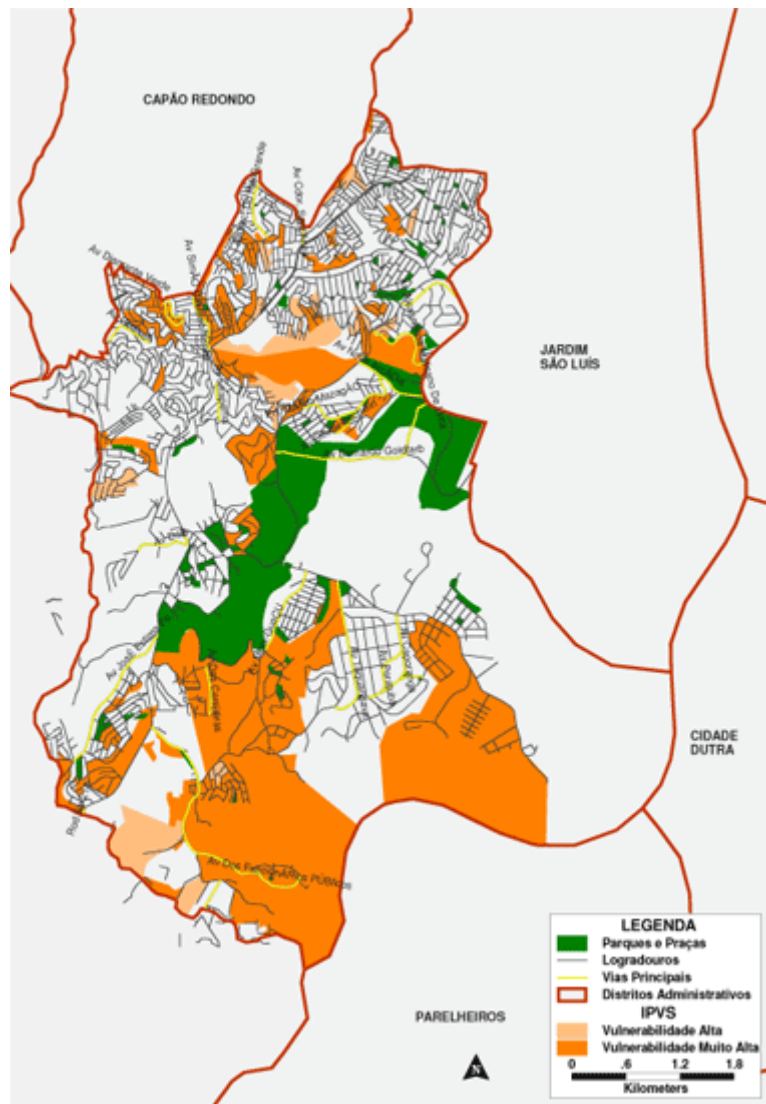
encostas íngremes e sobre solo pouco resistente, definem a paisagem atual do Jardim Ângela.

No momento em que a cidade de São Paulo e sua região foram privilegiadas na instalação das indústrias, por possuírem maior infraestrutura, a política em favor da indústria induziu grandes movimentos migratórios no país, sobretudo tendo como ponto de partida a região Nordeste, deprimida economicamente, e ponto de chegada a região Sudeste, principal região da industrialização. É na década de 1950-1960 que se inverte a relação população rural/população urbana, quando esta última passa a ser mais numerosa que a primeira. São Paulo nesse momento (1950-década de 1980) recebe milhões de migrantes nacionais, que vão fazer parte da massa de trabalhadores da grande indústria, formando as grandes periferias da metrópole.

Neste período se dá também o processo de industrialização em Santo Amaro, com a instalação de grandes indústrias fordistas, com grande massa de mão-de-obra, várias linhas de montagem na mesma indústria, com a direção da empresa junto da fábrica. Era um momento de instalação da grande indústria no Brasil e, como nas proximidades do Rio Pinheiros havia uma grande disponibilidade de terrenos (devido também à drenagem das várzeas e à retificação do rio, que foram concluídos na década de 1940), montou-se em Santo Amaro um grande e diversificado parque industrial.

Na década de 80 inicia-se o processo de desindustrialização, ou seja, com o próprio desenvolvimento da atividade industrial e a metropolização de São Paulo, a cidade tornava-se densa. A urbanização ocupava os vazios, os espaços industriais ficavam congestionados. Este é um fenômeno que ocorre tanto nas áreas de industrialização mais antiga (mais centralizadas) quanto nas áreas de industrialização recente (periféricas em relação às áreas mais valorizadas da cidade).

Esse processo acarreta o congestionamento de áreas industriais da cidade, assim como a valorização dos terrenos industriais (e consequente aumento dos impostos territoriais). Ou seja, são fatores que desestimulam a realização da atividade industrial em alguns lugares da metrópole. Podemos ver por meio deste mapa disponível no Observatório do Mercado de Trabalho da Prefeitura da Cidade de São Paulo o atual panorama da região:



Fonte: [www.dieese.org.br/observatoriosp/1842/relatorio\\_dist\\_1842.htm](http://www.dieese.org.br/observatoriosp/1842/relatorio_dist_1842.htm)

Em Santo Amaro, parque industrial que absorvia principalmente trabalhadores da região de Jardim Ângela e bairros vizinhos, a exemplo de outras regiões do Brasil, o curto período de dinamismo da indústria, segundo Rafael Faleiros, está ligado de um lado ao capitalismo do pós Segunda Guerra Mundial e por outro à crise da Era do Ouro, já na década de 70 quando a euforia dos mercados é tomada por preocupações quanto a reprodução do sistema. Entre o final de 2º guerra e a década de 70, o mundo capitalista cresceu vertiginosamente, momento em que houve uma grande expansão das empresas multinacionais para os países de 3º mundo. Depois da década de 1970, a ilusão do crescimento indefinido se esvazia, pois as crises evidenciavam a instabilidade inerente à economia capitalista.

O período caracterizou-se como ampliação da pobreza e da desigualdade social que se estendia à quatro décadas. Também se agravava a desigualdade de direitos e de acesso à justiça, na mesma proporção em que a sociedade tornava-se mais densa e mais complexa. Os conflitos sociais tornavam-se mais acentuados.

Neste contexto a sociedade vem conhecendo crescimento das taxas de violência nas suas mais distintas modalidades: crime comum, violência fatal conectada com o crime organizado, graves violações dos direitos humanos, explosão de conflitos nas relações pessoais e intersubjetivas. ( Adorno, 2002)

A partir da década de 90, percebe-se mudanças no padrão de incorporação pelo mercado de trabalho e aumento do desemprego, que afetam diferentemente os componentes das famílias, identificados por sua posição no interior destas bem como por gênero e idade. Essas mudanças expressam-se em alterações nos movimentos familiares de inserção no mercado de trabalho com especificidades observadas nos diferentes momentos dos ciclos da família. Os arranjos refletem-se inclusive na modificação do peso da contribuição de cada membro do grupo doméstico na composição da renda familiar. (Montali, 2003)

Segundo dados do PNAD entre 1985 e 1995, a taxa de crescimento do emprego feminino foi de 3,6% ao ano contra 2,3% do emprego total. Pesquisas mostraram que as mulheres foram mais favorecidas do que os homens à medida que se escassearam as oportunidades de novos empregos.

As condições econômicas geradas das desigualdades sociais, do desemprego e da miséria tem relação íntima com a violência, assim como as condições sociais da vida cotidiana da população e a ausência de políticas públicas. Considera-se ainda o crescimento da posse das armas de fogo, o consumo de drogas ilegais ou não, como o álcool, a falta de opções de lazer, e o crescimento absoluto e relativo das populações jovens, assim como o tráfico de drogas com a disputa por pontos de vendas, a cobrança de dívidas e organizações como o esquadrão da morte e os matadores de aluguel ( Drumont Junior, 1999).

Dados da Secretaria de Habitação do Município de São Paulo apontavam para um coeficiente aproximado de homicídios de 128 por 100 mil habitantes, número só comparável às localidades em situação de guerra.

Nos anos de 1995, 1996, 1997 e 1998, os Distritos de Jardim Ângela, São Luís, Capão Redondo e Guaianazes são os que apresentam maiores coeficientes de mortalidade da cidade.

Com uma taxa anual de 116,23 assassinatos para cada 100 mil habitantes, índice que subia para 200 por 100 mil quando calculado apenas sobre a população masculina entre 15 e 25 anos de idade, de acordo com o Mapa da Exclusão Social, organizado pelo Núcleo de Pesquisas em Seguridade Social da PUC de São Paulo e Programa de Pesquisas em Geoprocessamento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Jardim Ângela, no extremo sul da capital paulista é um dos dois distritos que compõem a área da Subprefeitura do M'Boi Mirim, ficou famoso no ano de 1996, quando foi apontado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o lugar mais violento do mundo.

## **CAPÍTULO II: NOVOS OLHARES PARA VELHOS PROBLEMAS**

Nas décadas de 1970 e 1980 o contexto era o da luta pela cidadania política articulada a reivindicações concretas: saneamento básico, legalização de terrenos clandestinos e transportes coletivos. Movimentos por saúde na Zona Leste, contra a carestia na Zona Sul, associação de moradores de bairro em diferentes espaços, inauguravam uma nova forma de atuação à margem dos partidos oficiais instituídos pelo regime ditatorial.

A partir da década de 1990, no entanto, o cenário muda, e a grande demanda se torna a falta de iniciativas no combate à violência principalmente para os inúmeros casos de homicídios.

Na região do Jardim Ângela e Capão Redondo, a sociedade civil organizada resolve dar uma resposta à esta situação, é a partir dessa época que a comunidade inicia uma mobilização buscando reverter esse quadro, e começam a reunir-se representantes do comércio, escolas, as igrejas e outros setores, e criam o Fórum em Defesa da Vida, uma rede de organizações que se unem de forma espontânea para a superação da violência.

Entre os integrantes do Fórum, estava o CDHEP (Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo), que nasceu do Movimento Nacional pelos Direitos Humanos.

O Fórum nasce com a missão de ser um interlocutor com os poderes públicos constituídos, encaminhando sugestões e cobrando políticas capazes de promover a realização dos direitos da população garantidos por lei. Por meio da participação da comunidade, lideranças comunitárias e organizações sociais, tem o objetivo de fazer a inserção em políticas públicas para melhoria da qualidade de vida principalmente da região de M Boi Mirim e Campo Limpo.

Arim Soares do Bem define Movimentos Sociais como sendo os indicadores mais expressivos para a análise do funcionamento das sociedades, pois traduzem o permanente movimento das forças sociais, permitindo identificar as tensões entre os diferentes grupos de interesses e expondo as veias abertas dos complexos mecanismos de desenvolvimento da sociedade.

E a sociedade naquele momento, sentia na pele os efeitos diretos da violência estabelacida.

Uma das primeiras iniciativas do Forum em Defesa da Vida contra a Violência foi elaborar propostas de políticas públicas e de comprometimento comunitário, capazes de diminuir a escalada da violencia na região. A estratégia foi envolver na discussão o maior número de representantes dos diversos segmentos da sociedade, sobretudo das comunidades eclesiais, da área educacional, das entidades e dos movimentos, como também o poder público.

Depois de uma série de debates e seminários, dos quais participaram também representantes da Justiça e Segurança Pública do Estado, as propostas foram consolidadas em um documento assumido pelas 175 organização do fórum, encaminhado às autoridades competetes e amplamente difundido entre os vários setores da sociedade civil.

Desde 1996, no dia de finados, o Fórum em Defesa da Vida realiza a “Caminhada Pela Vida e Pela Paz”, que reúne milhares de pessoas que partem da Paróquia Santa Mártires no Jardim Ângela, e do CEDHEP no Capão Redondo, levando faixas, cartazes e fitas brancas lembrando o grande contingente de jovens mortos vítimas da violência na região.

No decorrer da caminhada, a multidão realiza paradas para acompanhar a apresentação de shows e eventos culturais de grupos locais, que também prestam sua homenagem e passam a compor a manifestação, agregando mais e mais pessoas, até a chegada ao seu destino final, o Cemitério do São Luiz.

A Caminhada surgiu a partir de uma reflexão ocorrida dentro do Fórum, de que era necessário fazer alguma coisa como forma de alertar a população, a mídia e o poder público para os alarmantes números de crimes de homicídio, que afligiam a região mais periférica e carente da Zona Sul da cidade de São Paulo.

### **Principais ações:**

1. Influência na queda do número de homicídios na região desde 2001 – no resto do país a queda só se manifesta a partir de 2004;

- 2.** Mobilização e articulação de mais de 100 grupos e entidades da sociedade civil – em torno de ações pela superação da violência;
- 3.** Aproximação com o Ministério Público, contando com o seu apoio – construção de equipamentos socioeducativos no Parque Independência resultou de Ação Civil Pública contra a municipalidade;
- 4.** Diálogo permanente com a Polícia Civil e Militar e GCM resultou na implantação de duas Bases Modelo da Polícia Comunitária.
- 5.** Diálogo com o Governo Local, Secretarias Municipais e Estaduais – resultou na instalação de dois CICs (Centro de Integração e Cidadania) e início da construção do Hospital M´Boi Mirim;
- 6.** Contribuição na elaboração de leis: – Lei de Proteção às Vítimas da Violência e os Projetos de Lei Estadual e Municipal do Cadastro Único da Demanda Escolar;
- 7.** Influência decisiva na implantação do COMUDA (Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool);
- 8.** Influência decisiva na implantação de programas de atendimento à população: Casa Sofia (mulheres em situação de violência doméstica), Centro de Atendimento da Criança e do Adolescente, Reinserção do Adolescente na Comunidade (parceira com a FEBEM, CAPS Álcool e Drogas e UNIFESP);
- 9.** Participação ativa na validação do Estatuto do Desarmamento desde 2001. O Estatuto foi aprovado em 2004.
- 10.** Influência na criação de Fóruns Temáticos na região de Campo Limpo e M´Boi Mirim (Criança e Adolescente, Mulheres, Assistência Social, Inclusão Social, Educação) e apoio a outros Fóruns em Defesa da Vida na

cidade de São Paulo.(informações do CDHEP).

Também integra e sedia o Fórum, a Sociedade Santos Mártires, uma entidade civil e beneficente, sem fins lucrativos, fundada em 1989, seu fundador é o Padre James Crowe, padre Jaime como é conhecido, nascido na Irlanda em 1945. Nos anos 80 ele inicia sua ação Paróquia na Santos Mártires no Jardim Ângela, onde permanece até hoje.

Padre Jaime carrega o espírito da Igreja que encontrou quando chegou ao Brasil em 1969. No auge do regime militar, desembarcou uma semana depois da prisão de um grupo de padres dominicanos que apoiavam a resistência à ditadura. No ano seguinte viu dom Paulo Evaristo Arns assumir a arquidiocese de São Paulo e vender o Palácio Episcopal para construir centros comunitários na periferia. "Era um momento positivo, totalmente diferente da Europa, onde o próprio João XXIII dizia que a Igreja estava acomodada", diz o padre, que chama de "questionadora" sua relação atual com a Igreja.

Certificada como utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, localizada na Zona Sul da Cidade de São Paulo, a entidade desenvolve seus projetos de atendimento em várias comunidades do Jardim Ângela.

Sua missão: *"Ser uma chama de esperança na região do Jardim Ângela através de ações que valorizam a vida de crianças, jovens e adultos, estimulando-os à prática da cidadania"*.

A principal finalidade da Sociedade Santos Mártires é a promoção da vida humana, para isso uma rede de projetos e programas sociais e de defesa dos direitos (educação infantil; núcleo socioeducativo faixa etária de 07 a 14 anos; acompanhamento socioeducativo de adolescentes com medidas socioeducativas em meio aberto; vítimas de violência doméstica; educação de jovens e adultos; atendimento a dependentes químicos; defesa dos direitos da criança e adolescentes; clube de mães; capacitação profissional; programas de saúde; integração e adaptação de pessoas na comunidade) é desenvolvida.

Esta rede social tem como objetivo a busca da melhoria das condições de vida da pessoa e do coletivo sem distinção de credo religioso ou político, raça ou gênero. Uma das maiores preocupações da entidade eram os altos índices de violência que atingia principalmente os jovens.

No Brasil em 1996, 35,1% das mortes de jovens foram provocadas por homicídios e outras violências, este percentual atingiu 47,7% nas regiões metropolitanas do país enquanto que a AIDs no mesmo ano foi a causa de 2,8% da mortalidade juvenil.(WAISELFISZ,1998)

No Jardim Ângela, a exemplo da maioria das periferias do país, as vítimas da violência era constituída de jovens entre 14 e 25 anos de idade.

Entre as causas desta violência, estava a droga relacionada ao desemprego e a falta de perspectivas para os jovens.

A violência tendo jovem como vítimas ou agentes está intimamente ligada a condição de vulnerabilidade social destes indivíduos. Atualmente, esses atores sofrem um risco de exclusão social sem precedentes devido a um conjunto de desequilíbrios provenientes do mercado, Estado e sociedade que tendem a concentrar a pobreza entre os membros deste grupo e distanciá-los do “curso central” do sistema social.(Vignoli,2001)

Segundo documento da UNESCO, outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa possibilidade materiais ou simbólicos à indivíduos ou grupos da sociedade. O não acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente.

Diante da realidade vivida pela juventude local, em meados de 1997, a Sociedade Santos Mártires, aceitou o desafio proposto no Fórum em Defesa da Vida (desta região) de mobilização social em defesa da melhoria das condições de vida e contra a banalização da violência,

lançado a 200 ONGs participantes do mesmo a desenvolver ações especiais de proteção integral a adolescentes e jovens, priorizando, num primeiro momento a faixa etária de 14 a 18 anos incompletos, estando estes em situação de vulnerabilidade.

A partir do segundo semestre de 1997, iniciou um diálogo com o Posto Sul da Fundação CASA, ex-FEBEM, com o objetivo de firmar uma parceria para acompanhar os adolescentes, jovens e famílias em MSE (medidas socioeducativas) de Liberdade Assistida. Na ocasião a Fundação CASA não dispunha de recursos financeiros, mas apenas de orientação técnica para o desenvolvimento da ação. Diante da situação buscaram-se parceiros como a Capacitação Solidária e a Prefeitura do Município de São Paulo.

Foi então criado o RAC ( Redescobrimdo o Adolescente na Comunidade), um trabalho social e educativo voltado para o desenvolvimento do potencial da juventude popular urbana na periferia do Distrito de Jardim Ângela. Iniciou fazendo além do atendimento para adolescentes em medida em meio aberto de Liberdade Assistida e promovendo cursos e oficinas profissionalizantes, posteriormente o mesmo passou a realizar acompanhamento para medida em meio aberto de Prestação de Serviço a Comunidade.

Em maio do ano seguinte, ocorreu o processo de municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade da região sul de São Paulo.

O projeto acompanha 250 adolescentes e jovens de 14 a 17 anos de ambos os sexos, buscando promover um ambiente que estimule o desenvolvimento pessoal e social dos adolescentes e jovens possibilitando-lhes a construção do seu projeto de vida, estimular, orientar e acompanha-los junto com suas famílias através de atividades socioeducativas que os levem a exercer a sua cidadania.

O RAC, é apenas um dos vários projetos mantidos pela Sociedade Santos Mártires, que juntamente com os outros trabalhos acima citados

vem nos últimos 25 anos fazendo a diferença no cenário da região.

O projeto foi pioneiro nesta cidade, pois agregava atendimento e acompanhamento a medida sócio educativa em meio aberto e cursos de iniciação profissional.

Outro exemplo de luta na região em busca por soluções para o grave problema da violência na região, em 1998 as comunidades, igrejas e associações do distrito de Capão Redondo uniram se num movimento alternativo, o atual Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares.

Fundado em 07 de abril de 2003, o IPJ – Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares é outro exemplo de luta na região por soluções para o problema da violência. O Instituto tem por finalidades: constituição dos direitos fundamentais; promoção dos direitos humanos, da democracia participativa, e de outros valores universais através de atividades socioeducativas e culturais. Visando principalmente o combate à pobreza e a exclusão.

O IPJ, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, democrática e pluralista, também é fruto de uma longa caminhada de mobilização popular. Surge a partir das necessidades de buscar qualidade de vida para a população e o respeito aos direitos fundamentais de homens e mulheres.

Dedica-se à promoção de atividades formativas, mediante a realização de cursos, seminários, encontros, debates e grupos de trabalho, atuando nas áreas de promoção da justiça, da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, das relações de gênero, da democracia participativa, da promoção do desenvolvimento econômico e social, da saúde, da cultura e do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente.

Em 1998, as comunidades dos bairros Parque Independência, São Bento, Parque Rondon, Vila Clélia, Valo Velho, Chácara Santa Maria e Jardim Guarujá, todas na zona sul de São Paulo, criaram o Movimento Popular Alternativo, instrumento de aglutinação para que todas as ações e

prioridades pudessem ser amplamente debatidas e definidas.

Realizando uma ampla pesquisa com as comunidades destes bairros, a pesquisa informou uma série de carências na região: falta de vagas em CEIs (Centros de Educação Infantil) e escolas; desemprego; elevado número de assassinatos e ausência quase total de espaços públicos de lazer e cultura. A partir desses elementos, o Movimento Popular Alternativo buscou instrumentos capazes de atender estas necessidades. Foram muitos ofícios encaminhados aos diversos Órgãos Públicos, pedindo respostas, na perspectiva de resolver ou amenizar o sofrimento da população. Todos sem respostas efetivas.

Esta pesquisa subsidiou também a elaboração de uma Ação Civil Pública, com apoio e assessoria do Centro de Direitos Humanos e Educação Popular de Campo Limpo (CDHEP), do Fórum em Defesa da Vida e do Escritório Modelo “Dom Paulo Evaristo Arns” da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O Movimento Popular Alternativo resolveu utilizar este instrumento legal, criado em 1984, para a defesa dos direitos da população.

Em 1999, foi protocolada no Fórum de Santo Amaro, a Ação Civil Pública, responsabilizando a Prefeitura de São Paulo pelo não cumprimento de suas obrigações e reivindicando a construção de um equipamento de educação, esporte, cultura e lazer na região. Pedia também a imediata desapropriação de área para edificação do equipamento socioeducativo reivindicado, que contemplasse atividades esportivas, culturais e profissionalizantes.

No dia 8 de abril 2005, foi publicada a sentença, da Juíza de Santo Amaro, julgando procedente a ação civil e condenando a Prefeitura a implementar um programa oferecendo às crianças e adolescentes residentes na região, atendimento, orientação, apoio sócio familiar e comunitário.

Desde então, essa Ação foi o mais importante instrumento da organização popular e na garantia de direitos sociais, tais como,

educação, saúde, assistência social, transporte, além de asfaltamento de ruas e iluminação pública.

O Instituto de Cidadania Padre Josimo Tavares, está localizado na Rua José Tartini, 34 - Parque Rondon, Distrito do Capão Redondo - Subprefeitura de Campo Limpo. No ano de 2008 em parceria com Associação dos Moradores do Jardim Comercial e Adjacências, implantou em 2008 CCA, (Centro para Criança e para o Adolescente), e em 2009 o CJ (Centro para Juventude), na região periférica do Bairro do Capão Redondo, que atende em media 120 famílias por mês, ambos são conveniados com a SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social)

Como resultado destas e outras ações, em 2005, segundo dados da prefeitura de São Paulo, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes caiu para 66 no Jardim Ângela – a queda de 76% do índice é maior do que a ocorrida na cidade de São Paulo no mesmo período, que foi de 70%.

No primeiro semestre de 2011, o estado de São Paulo registrou o menor índice de homicídios desde 1995: 9,6 mortes por 100.000 habitantes. A taxa representa uma queda de 12,2% em comparação ao mesmo período do ano anterior, segundo a SSP-SP. Com os índices atuais, São Paulo atinge níveis inferiores aos considerados toleráveis pela OMS (Organização Mundial de Saúde), que é de 10 homicídios por 100 mil habitantes.

Esta pesquisa foi iniciada a partir da ideia de que a temática da violência, principalmente os homicídios, está relacionada diretamente à pobreza. No entanto, alguns autores afirmam que a violência não é maior nas cidades mais pobres, mas nos grandes centros onde a desigualdade é maior.

Segundo Júlio Jacobo Waiselisz (UNESCO) as desigualdades sociais são mais explicativas do fenômeno da violência que a pobreza.

Peres (2007) afirma que a associação entre a concentração de homicídios e baixos níveis de desenvolvimento socioeconômico tem sido enfatizada em diversos estudos no Brasil, mas não se deve estabelecer uma relação causal entre pobreza e violência. Há, na realidade, a necessidade de problematizar a associação entre violência e uma situação de exclusão social, evidenciada pela

ausência do poder público, ou seja, ausência de políticas sociais, de segurança e acesso às instituições de justiça criminal.

Maria Stela Grossi Porto, Doutora pela Universidade de Montreal no Canadá – 1987, diz em seu artigo para a revista “Tempo Social” que a exclusão social tem sido uma categoria importante e presente nas análises que buscam relacionar violência e direitos civis. Enfatiza-se o fato de que os excluídos dos direitos tornam-se alvos, ou atores mais imediatos da violência.

Conforme palavras de Maria Joaquina Ruas Madeira; “...no que diz respeito à junção dos fenômenos pobreza e violência, podemos associar a vertente subjetiva do primeiro conceito, a qual se refere ao juízo que os indivíduos fazem da sua condição, estabelecendo relação entre as necessidades e aspirações comparando-as com os outros ou com a sociedade. Isto quer dizer, que a consciência da sua condição pode provocar revolta, gerando violência, isto é, comportamentos associáveis face à sociedade que o exclui”.

Dados do SEADE sobre a distribuição dos domicílios, por renda per Capita segundo Distritos do município de São Paulo no ano 2000, em Jardim Ângela as faixas de renda (em salários Mínimos) são a seguinte:

17,25% dos moradores viviam com menos de  $\frac{1}{2}$  Salario Mínimo; 23,03% de a menos de 1 SM; 18,67% de 1 a menos de 1  $\frac{1}{2}$ SM; 27,91% de 1  $\frac{1}{2}$  a menos de 3 SM; 9as pesquisas 08% de 3 a menos de 5 SM; 3,30 de 5 a menos de 10 SM; e apenas 0,78% de 10 SM a mais.

Atualmente estes números não diferem muito dos apresentados em 2000, no entanto, os índices de violência como mostrados nas pesquisas citadas acima, baixaram e muito.

A mobilização da sociedade civil organizada fez com que este quadro se revertesse apesar dos altos índices de pobreza.

## **CONCLUSÃO:**

É comum relacionar a questão da violência à pobreza.

Levando em consideração as fontes pesquisadas, relacionadas ao tema, entende-se que a pobreza em si não causa a violência, mas a vulnerabilidade a que são submetidas às populações das áreas periféricas das metrópoles, condenadas a viver sem os insumos essenciais ao desenvolvimento social do ser humano, como a educação, cultura, saúde, transporte, esporte e lazer, acesso à justiça, etc.

A região do Jardim Ângela, periferia da zona sul de São Paulo, com uma população de cerca de 300 mil habitantes, com todas as carências das áreas periféricas, após ser considerada a região mais violenta do mundo pela ONU em 1996, com uma das menores rendas per capita da cidade e sem que houvesse mudança nos índices de pobreza, consegue reverter este quadro.

Resultado de processo de urbanização sem planejamento, que estimulou o crescimento urbano sem condições de absorver a mão de obra excedente na região gerando pobreza e miséria, privada das condições necessárias para satisfazerem suas necessidades básicas.

Entende-se que a redução destes índices no jardim Ângela e região se deu a partir do momento em que a sociedade civil organizada após receber o “título”, resolve mobilizar-se em prol de alternativas para a solução deste problema. A partir de ações que visam prioritariamente a promoção da vida humana, estimulando práticas que resgatam a cidadania, em que cada um e cada uma percebe-se protagonista de sua história.

Por meio de atividades que promovem a educação, cultura saúde e lazer garantindo a individualidade, o desenvolvimento de suas potencialidades, a participação popular e a cidadania.

Dentre vários movimentos existentes na região, podemos citar o Fórum em Defesa da Vida e Contra a Violência que reúne cerca de 200 entidades que desde 1996 se mobiliza buscando melhores condições de vida para a população, elaborando propostas de políticas públicas e de comprometimento comunitário, capazes de diminuir a escalada da violência na região.

Dentre as entidades que compõem o Fórum, destaca-se neste trabalho a Sociedade Santos Mártires, O Instituto Padre Josimo Tavares e o CEDHEP. Atuando na região do Jardim Ângela e bairros vizinhos, são responsáveis diretos pelas transformações relacionadas à questão da violência e a promoção da vida humana daquelas pessoas, tornando as conscientes de seu papel na história, e resgatando a dignidade a muito esquecida.

## FONTES

REVISTA Carta Maior – Luta contra a Violência: Jardim Ângela: das manchetes policiais para a revolução social. 24/01/2006.

[http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia\\_id=9743](http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=9743)

acessado em 12/01/2012

REVISTA Problemas Brasileiros. Conquista Histórica: bairro paulistano mobiliza comunidade e reduz números da violência. n. 372, nov/dez 2005.

[http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas\\_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao\\_Id=229&Artigo\\_ID=3604&IDCategoria=3945&reftype=1](http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=229&Artigo_ID=3604&IDCategoria=3945&reftype=1) acessado em 12/01/2012

REVISTA do IPEA Desafios do Desenvolvimento. Uma chama de esperança - Os bons resultados do trabalho desenvolvido no Jardim Ângela, São Paulo, S/d.

[http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1412:clima-responsabilidade-de-todos&catid=28&Itemid=23](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1412:clima-responsabilidade-de-todos&catid=28&Itemid=23)

acessado em 12/01/2012

REVISTA SÃO PAULO EM PERSPECTIVA. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego, São Paulo, v.17,2003b.

[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982006000200003&script=sci_arttext)

acessado em 15/12/2011

<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v8n1/06.pdf>

GEMDEC/FE/UNICAMP – [mgohn@obelix.unicamp.br](mailto:mgohn@obelix.unicamp.br)

## BIBLIOGRAFIA

ADORNO, S. Exclusão socioeconômica e violência urbana. In: Sociologias - Violências, América Latina. Nº. 8. Porto Alegre, Jul./Dez, 2002.

BAUDRILLARD, J. **A transparência do mal: ensaios sobre os fenômenos extremos.** Campinas, Papirus, 1990.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

DRUMONT JUNIOR, Marcos. **Homicídios e desigualdades sociais na cidade de São Paulo: uma visão epidemiológica.** Saúde e Sociedade, 1999

ESCÓSSIA, F. da. Violência atinge mais as mulheres jovens. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 18 dez. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1812200320.htm>>.

FRANÇA, Elisabete (coord.). Guarapiranga: recuperação urbana e ambiental no município de São Paulo. São Paulo: M. Carrilho Arquitetos, 2000.

GRABOIS, A.P. **Criminalidade só cai com melhor distribuição de renda, diz Ipea.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 2 ago. 2003.

HUGHES, P.J.A. **Periferia: um estudo sobre a segregação socioespacial na cidade de São Paulo.** 2003. Dissertação (Doutorado) – PUC, São Paulo, dez. 2003.

HUGHES, P.J.A. **Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas.** São Paulo Perspectiva. vol.18 no.4 São Paulo Oct./Dec. 2004.

LOPES, C. **Soberania nacional e execuções sumárias.** *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 6 nov. 2003. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0611200310.htm>>.

MARSIGLIA, R.M.G.; PAVEZ, G.A.; CASTANHA E OLIVEIRA, I. de M. **Vidas nuas, mortes banais.** São Paulo, 2003. (Pesquisa CRAVI – PUC-SP).

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **As conflitualidades como um problema sociológico contemporâneo.** In: Revista Sociologias- Dossiê”

Conflitualidades”. Porto Alegre, PPG-Sociologia do IFRGS, Porto Alegre, ano 1, n.1, janeiro-junho de 1999,p. 10-13.

VIGNILI, J.R. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes.** Serie Plobacion y Desarrollo nº 17. Santiago del Chile: CEPAL, 2001

WASELFISZ, J. Mapa da violência: Os jovens do Brasil. Juventude, violência e cidadania. Rio de Janeiro: Garamond, 1998. 136p

ZALUAR, A. **Para não dizer que não falei de samba:** os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L.M. História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

ZALUAR, A. **A globalização do crime e os limites da explicação local.** In: VELHO, G. e ALVITO, M. Cidadania e violência. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/FGV, 1996.

BOONEN, P.M.; CYMBALISTA.C; PUPPIM,A.N. – ORG. **30 anos de luta por direitos humanos.** Câmara Brasileira do Livro, SP,2011